

CONCURSO FORD-ANPOCS 1989

CED!	PIB.
DATA	19/02/89
COD	FP.1.2.0.0.1

ETNOGÊNESE E INDIANIDADE COMO PROCESSOS SOCIAIS:
UM ESTUDO DE CASO DETALHADO NA ZONA METROPOLITANA DE FORTALEZA
— OS TAPEBA DE CAUCAIA

Resumo:

O objetivo da proposta é refletir sobre os fatores que condicionam a emergência e o estabelecimento das fronteiras étnicas Tapeba, bem como a (contra-)produção social de sua indianidade, a partir de uma rede de relações entre atores sociais com interesses e valores específicos, marcados por uma conjuntura histórica determinada, e dominando práticas e discursos de assujeitamento (os Tapeba, a Igreja e a FUNAI). Para tanto, tomar-se-á o período entre o aparecimento dos Tapeba na cena social (1982-3) e hoje em dia, analisando o desdobramento do caso na perspectiva situacional e processual.

Dotação Tipo:

B

HENYO TRINDADE BARRETTO FILHO

Aluno do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional - UFRJ
Pesquisador do "Projeto Estudo sobre Terras Indígenas no Brasil:
invasões, uso do solo e recursos naturais"

Orientador:

João Pacheco de Oliveira Filho

Valor da Solicitação:

NCz\$ 2.681,00

Henyo Trindade Barretto Filho
Rua Conde de Bonfim, 171/ap. 103 - Tijuca
Rio de Janeiro - RJ CEP 20.520
Tel. (021) 254-3464

O PROBLEMA

Até pouco tempo atrás, o estado do Ceará, assim como os do Piauí e Rio Grande do Norte, eram dados pelos registros da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e pelos levantamentos produzidos por antropólogos e missionários como os únicos estados brasileiros onde inexistia a presença indígena. No Ceará, no entanto, a presença indígena deixou de ser ignorada a partir da atuação da Equipe de Pastoral Indigenista — então, Equipe de Assessoria às Comunidades Rurais — da Arquidiocese de Fortaleza no município de Caucaia, região metropolitana da Capital, de onde os Tapeba emergiram com vigor por volta de 1982, saindo da condição de estigmatizados e ganhando o reconhecimento positivo da população local. Este fato chamou a atenção de vários setores da sociedade para as indicações de existência de outros grupos étnicos neste mesmo estado (os Tremembé e os Anacês, no litoral norte; os Genipapo-Canindê no litoral sul; e os Tabajara, na região serrana na fronteira com o Piauí), no Piauí (os Akroã e Jáicô, no sul do estado) e no Rio Grande do Norte (os Payacu, na região do rio Apodi).

Os membros do grupo étnico Tapeba habitam em áreas (povoados, lugarejos e vilas) geográfica e ecologicamente distintas do distrito sede do município de Caucaia — que se originou do antigo aldeamento jesuítico de mesmo nome, inaugurado oficialmente em 20 de dezembro de 1741 —, a 16 km Fortaleza. Essas áreas constituem-se em aglomerados residenciais de densidade, tamanho e distribuição espacial distintos; e, por ocuparem nichos ecológicos distintos, os Tapeba engendram formas diferenciadas de aproveitamento dos recursos naturais disponíveis (ver Anexo 3). A população Tapeba, segundo dados do "Cadastramento dos Índios Tapeba", realizado entre os meses de março e setembro de 1986 pela Equipe da Arquidiocese, é de 914 pessoas, que vivem em intenso contato com elementos não-índios (seja no desenvolvimento de atividades produtivas, seja através de casamentos), dando a esses aglomerados populacionais características bastante contrastantes no que se refere a estrutura ocupacional: há desde áreas habitadas exclusivamente por Tapebas, como a Lagoa dos Tapeba, até áreas onde sua presença é absolutamente residual e pulverizada como a Vila Nova e a Vila São José, num total de 17 áreas indicadas; algumas localizadas nas proximidades do núcleo urbano da cidade, outras bem distantes (ver Anexo 3, "Introdução" e p. 56 para um mapa com localização).

Os Tapeba, enquanto grupo, não constituem uma unidade singular, persisten

te, indivisa e distinta, colocando problemas interessantes para a análise da manutenção e afirmação de sua identidade e de sua fronteira étnica (Barth, 1969) na perspectiva do quadro de diversidade delineado acima, de assentamentos locais discrepantes e configurações culturais e econômicas diversas. Um dos objetivos da proposta é investigar a multiplicidade de fatores que contribuíram para o processo de revivescência étnica.

A escolha do grupo Tapeba foi definida em função da quantidade de informação e material por nós recolhidos — seja ao nível do arquivo de documentos oficiais do P.E.T.I., seja inclusive com realização de trabalhos de campo de curta duração em dois períodos distintos (ver Anexo 1, "Atividades de Pesquisa e Trabalhos de Campo")¹ — bem como pelo acompanhamento do processo jurídico-administrativo de definição da área, até o recente arquivamento do processo (julho de 1988).

Cabe acentuar, ademais, a sua condição de caso pioneiro e de mais amplo destaque no Ceará e privilegiado para se pensar nos "Índios do Nordeste" e sua gênese. A presença de lideranças indígenas de toda a região Nordeste em Caucaia, em maio de 1988, quando da visita à área do Grupo de Trabalho Interministerial (Oliveira F9, 1987a; Oliveira F9 & Almeida, 1985) — que aprecia as propostas de criação de áreas indígenas deliberando ou não pela sua implementação —, para fazer pressão sobre os seus membros, nos faz supor que o sucesso ou o fracasso dos Tapeba na obtenção da assistência oficial e da demarcação de suas terras não só concorrerá fortemente para definir os rumos da retomada da etnicidade dos grupos daquele estado e do Nordeste em geral, como servirá também de deliberação exemplar — na percepção das lideranças dos outros grupos — para a solução dos problemas relativos à criação de áreas indígenas nesta região.

Isso nos leva ao outro objetivo da proposta. O caso Tapeba nos coloca a questão da atribuição da "indianidade" (Oliveira F9, 1989 [1986]) enquanto luta ao mesmo tempo política — pela disposição de recursos, pela terra — e simbólica — pela categorização genérica de "índio". Uma coisa são os Tapeba enquanto grupo étnico (Barth, 1969), ou população etnicamente diferenciada (Despres, 1975) — já que os mem

¹ No segundo período de campo, desenvolveu-se com o pesquisador Carlos Guilherme Octaviano do Valle um survey na área Tapeba que foi estendido até a área dos Tremembé, em Almofala, distrito do município de Itarema, litoral norte do estado. Valle tem trabalhado na organização do material Tremembé e tem investido em pesquisa de campo, sendo que os textos analíticos por ele produzidos fornecerão dados de valor comparativo significativo, já que se trata de uma realidade aproximada no mesmo estado.

bro que assim se identificam usam essa identidade para categorizar a si próprios por oposição a outros ("brancos") para propósitos de interação social —; outra coisa são os "índios" Tapeba — o que implica no reconhecimento oficial, ou seja, a criação de uma área destinada ao grupo e a instituição e o exercício da tutela. Os Tapeba não lograram constituir sua indianidade, malgrados os esforços da "pastoral indigenista" nesse sentido. O GTI acima referido, por intermédio da Resolução nº 1 de 20 de julho de 1987, "tendo em vista as dúvidas quanto a etnia dos remanescentes... resolve não considerar como terra indígena, ... a área proposta pela FUNAI".

O desdobramento do caso Tapeba oferece, por outro lado, uma oportunidade única e singular para a análise dos desenvolvimentos recentes na legislação e na política "indigenista" oficial, bem como dos processos de decisão que afetam o destino das populações indígenas. Em seu caminho do estigma ao reconhecimento pela população regional (elemento definidor da força de seu ressoerguimento) e nas sucessivas etapas do processo de definição da área, os Tapeba atravessaram diferentes períodos no que diz respeito às práticas e à legislação oficiais: a área foi "identificada" por um GT instituído em setembro de 1986, sob a égide do Decreto 88.118/83; a visita do "grupão" acima referida já se deu sob uma nova ordem, a dos Decretos 94.945 e 94.946 de setembro de 1987, e foi nesta situação que o Relatório de Identificação foi questionado e o processo arquivado (para uma análise dos recentes desdobramentos da legislação oficial e o significado destes decretos ver Oliveira Fº, 1987 a). Cabe ressaltar que as deliberações mais decisivas sobre a questão Tapeba se deram paralelamente à movimentação de bastidores da votação no Plenário da Constituinte do capítulo dos índios, que influenciou decisivamente o destino do processo jurídico-administrativo — basta lembrar que o "grupão" visitou a área na semana em que o capítulo estava sendo votado, tendo cancelado uma reunião que teriam com o Governador do Estado para discutir a criação da área.

Sendo a referência central desta proposta o desdobramento das relações dos Tapeba com a população local, com a Igreja e com o aparelho de Estado, caracterizando as forças internas ao grupo enquanto distintas das forças extra-locais, apesar da dificuldade de distinguir em certas situações o que é uma aspiração genuína do grupo e o que procede de uma orientação da Arquidiocese, é fundamental considerar que estes grupos em contato revelam um sistema mais inclusivo de relações sociais, culturais, políticas e ecológicas e que suas estruturas e organizações não podem ser explicadas à parte desse sistema — ele mesmo mutável porque histórico.

OBJETIVOS E HIPÓTESES

A finalidade da pesquisa é refletir sobre os fatores que condicionam a emergência e o estabelecimento das fronteiras étnicas Tapeba, bem como a (não-)produção social de sua indianidade, a partir de uma rede de relações entre atores sociais com interesses e valores específicos, marcados por uma conjuntura histórica determinada, e dominando práticas e discursos de assujeitamento (Foucault, 1983). Estamos lidando com objetos móveis e correlações mutáveis, com conjuntos de fatos históricos irrepetíveis. Nesse sentido, a pesquisa tem de caminhar em direção a uma análise de como diferentes componentes num sistema social mais amplo operam com peso variável em diferentes tipos de situação, ou seja, uma análise situacional (Gluckman, 1958 e 1967; Van Velsen, 1964 e 1967).

Os exemplos das análises processualistas e situacionais nos permitem estabelecer recortes e forjar conceitos menos rígidos para lidar com a vida social: consiste em tratar cada incidente como um estágio num processo longo e contínuo de relações sociais entre pessoas e grupos específicos num sistema sócio, processo que tem suas raízes no passado e desdobramentos para a futura interação. Isso requer que se tome uma série de incidentes específicos que afetam os mesmos grupos e pessoas por um dado período de tempo e se mostre como estes incidentes encontram-se relacionados ao desenvolvimento e mudanças de relações sociais entre os grupos, agindo dentro do amplo quadro de um sistema social. Apesar dessa literatura, baseada em estudos de caso na África, operar ao nível dos conflitos internos a um quadro cultural, tal postura é bastante rentável para situações como a que buscamos elucidar. O resultado de semelhante empresa se constituirá numa "etnografia de processo", e não numa "etnografia total".

Em função da caracterização da situação, dos objetivos da pesquisa e da forma de tratamento privilegiada, podemos adiantar algumas hipóteses, fruto de observações preliminares e que orientarão a investigação a partir da explicitação do referencial teórico.

A primeira hipótese é que o reforço da identidade étnica esteja ligado às pressões que se desencadeiam no processo de regularização do mercado de terras quanto à utilização por não índios dos territórios tribais ou tradicionalmente habitados por populações etnicamente diferenciadas. A reafirmação da identidade se constituiria num instrumento (político) valioso para assegurar ou recuperar o acesso à terra por parte de um grupo ameaçado pelas pretensões expropriatórias de outros.

Algumas análises clássicas do fenômeno da etnicidade (Barth, 1969 e 1982; Cohen, 1969 e 1974) têm apontados certas características básicas. A identidade é sempre contrastiva, implicando portanto em um processo social onde um grupo se distingue e se diferencia face a outros. A individualização de um conjunto de pessoas que se vêem como unidade é percebida não como o resultado de fatores originários ou pré-existent, mas sim como contextual e relativa a um elenco definido de grupos e situações de interação. A identidade étnica é fruto de um processo de construção social que traz necessariamente as marcas de uma conjuntura histórica, e remete a situações, redes e coalisões que envolvem atores sociais, interesses e valores específicos na definição da natureza e dos limites de um grupo social. Na medida em que esse sistema mais geral de relações reúne status atribuídos, presumivelmente determinados em referência à origem social e ao background cultural, conceptualizamos eticidade esse "processo, largamente subjetivo, de atribuição de status" (Barth, 1969) e dizemos que os Tapeba são um grupo étnico.

A discussão teórica sobre identidade étnica incorpora também com frequência o tema da ecologia e da competição por recursos (Barth, 1969; Crespi, 1975; Despres, 1975; Goldstein, 1975). A etnicidade é interpretada como uma "estratégia" na competição por recursos — tomados aqui em sentido amplo, de recursos naturais a benefícios políticos. O fato de que grupos humanos ocupam determinados nichos no ambiente natural — e propomos aqui ampliar o sentido para "posições no ambiente social" — e que podem vir a estar em competição por recursos coloca questões como a carga produtiva de um nicho — aí incluídos os instrumentos (materiais, políticos, simbólicos) que o grupo dispõe para explorá-lo e a adaptação de um a outro — e as estratégias de maximização — a escolha voluntária de pessoas que pulam barreiras étnicas, que entre tanto continuam a existir, trocando de identidade, se submetendo a novos sistemas de valores e estabelecendo outros vínculos políticos buscando aumentar suas oportunidades de benefícios.

A segunda hipótese é que o estabelecimento da identidade esteja condicionado por características próprias das agências que atuam localmente, no caso a ação missionária de um setor da Igreja — deve se ter em conta que as "pastorais indígenas" e as missões religiosas têm tido impactos diferenciais quanto ao estabelecimento da identidade, uma vez que há entre elas uma grande diferenciação interna em ideologia e formas de atuação e organização. A vertente que vem atuando na área Tapeba tem, através de uma política assistencial, enfatizado — pelo menos, tinha até a primeira

ação da FUNAI na área em outubro de 1986 — a necessidade de relações de aliança com outros setores da população local, institucionalizando práticas de cooperação e ação conjuntas, o que favorece a construção de ideologias e identidades mais referidas às classes sociais do que a grupos étnicos. / A consideração, manifesta em um documento de avaliação da atuação da Equipe da Arquidiocese, das "características bastante peculiares entre remanescentes indígenas e miseráveis" atesta isso. /

Uma outra hipótese é sobre a influência, pela ausência, da ação "indigenista" do Estado. Esta é comandada por um paradoxo: enquanto separa e distingue um grupo étnico dos regionais por um lado; por outro, promove através da imposição niveladora e homogeneizante de crenças e padrões de conduta o reforço de uma identidade genérica de "índio" — o que Oliveira FQ (1989) convencionou chamar indianidade. Desenvolvendo sua conceptualização, já que a indianidade supõe o estabelecimento de uma área demarcada — para o período em que o trabalho opera (o tempo de atuação do SPI) tratavam-se de áreas reservadas — e o exercício da tutela estatal, Oliveira FQ chega à idéia de "modo de ser em reserva". A não constituição dessa estratégia de dominação e tutela, porém, revela outros tipos de direcionamentos de atuação no caso dos Tapeba. A referida visita do "grupão" que gerou a Resolução nº 1 não durou mais de três dias, o que aponta para um divórcio entre as pessoas e os grupos que transitam pelas esferas de decisão político-administrativa e o objeto de sua decisão. Cabe refletir sobre as influências e as relações entre as decisões tomadas no centro e os desdobramentos no plano local, a feitura da organização efetiva dos Tapeba. Um estudo das atuações das agências concretamente, sua interferência na "produção" de uma etnicidade, de uma indianidade, bem como de uma terra indígena, permitirá deflagrar níveis de entendimento dos grupos de decisão e de como os grupos se articulam para pressão na cena (para uma discussão sobre o processo jurídico-administrativo de regularização de terras indígenas e suas etapas ver Lima, 1987; Oliveira FQ, 1983 e 1987 a; Oliveira FQ & Almeida, 1985).

Uma outra hipótese de trabalho é de que a forma e a importância que a etnicidade assume para cada povo indígena está associada a certas características de sua cultura e organização social. Há uma série de fatores (modos de cooperação nas atividades produtivas e práticas rituais, flutuações demográficas e no uso de recursos naturais, distribuição espacial das unidades sociais, etc.) que precisam ser cuidadosamente investigados e considerados em sua capacidade de intervir na definição e na atualização histórica da etnicidade e na re-interpretação de outros dados.

Resumindo a diretiva teórica, a pesquisa tem como foco principal detectar os principais fatores condicionantes e determinantes da emergência da etnicidade Tapeba e delinear melhor a operatividade do conceito de indianidade, para desvendar o complexo entrejogo entre os sentidos da categoria de atribuição étnica (do estigma ao reconhecimento pela população local a partir da atuação da Arquidiocese) e a luta (política e simbólica) pelo reconhecimento oficial — um entrejogo que parece ser constituinte da realidade indígena do Nordeste. Para tanto, buscar-se-á reconstituir o desdobramento do processo com seus incidentes e conflitos a partir da adequada qualificação dos atores, instituições, setores da Igreja e do Estado em cena, do network de relações que estabelecem, bem como de suas práticas e discursos, que se constituem em quanto instrumentos no processo de construção e assujeitamento — no sentido dos diferentes modos de objetificação que transformam seres humanos em sujeitos (Foucault, 1983) — dos Tapeba.

METODOLOGIA

Está claro que para o bom cumprimento da proposta operaremos com uma variedade de dados dos mais diversos níveis: de um lado, dados estatísticos e oficiais de caráter extra-local, que expressam, uns a pretensão objetiva das agências do governo, outros a ideologia da ação missionária; de outro, dados locais frutos da observação etnográfica prolongada, dos registros gravados e fotográficos, fornecidos pelos atores em cena. Trabalharemos com enunciados (documentos do processo FUNAI BSB 1986/85, documentos e relatórios produzidos pela Arquidiocese de Fortaleza e outros organismos regionais como a imprensa e entidades de apoio) e com narrativas (depoimentos e entrevistas com informantes qualitativamente distintos: os Tapeba, os agentes pastorais que implementaram projetos de ação comunitária — econômicos e outros —, parlamentares e, se possível, os membros do GT de identificação da área indígena Tapeba e do GTI que deliberaram pelo arquivamento do processo); texto e fotografia. Na medida em que a perspectiva situacional de análise se aproxima da análise conjuntural incorporar-se-á — e na caracterização da situação isso está claro — dados sobre a movimentação política constitucional com seus lobbys e grupos de pressão, bem como dados sobre as mudanças na legislação indigenista nos últimos 7 anos.

Procedendo assim procurar-se-á reunir dados quantitativamente suficientes e amplamente qualificados de forma a reconstituir o processo de emergência dos Tapeba

enquanto grupo étnico e "não-índios", beneficiando tanto o eixo de análise do processo de interação quanto o estudo dos valores e representações relativos ao contato interétnico.

Sendo o período do antropólogo no campo limitado no tempo (e no espaço) um dos problemas que se impõe à análise situacional é o da confiabilidade dos dados sobre o passado, coletados — como são poderiam ser — de partes interessadas, mas que terão de ser usados face ao limite da situação de campo. Essa mistura de dados do presente com materiais relativos ao passado não é sempre adequadamente controlada, desembocando muitas vezes numa combinação feita ao acaso de informações vindas de diferentes períodos e conseqüentemente de diferentes condições sociais, políticas e econômicas (Oliveira FQ, 1987 b).

Levando-se em conta que boa parte dos depoimentos — seja de membros do grupo étnico, de setores da igreja e do órgão indigenista oficial — se constituirão em narrativas sobre o passado recente, devemos tomar uma posição característica frente a esses discursos encarando-os como "práticas", estratégias funcionais face a situações presentes mesmo se discutem ou ressaltam um tempo passado (Valle, 1988). Há que se ter em conta que as estruturas narrativas sobre o passado são constitutivas assim como interpretativas, na medida em que encontram-se apoiadas no discurso dominante de um período histórico determinado: estruturas de sentido que são ao mesmo tempo estruturas de poder, ou seja, não neutras ideologicamente (Bruner, 1986; Lima, 1987; White, 1980).

Buscar-se-á, através da montagem de um "fichário qualificativo de informantes" a partir dos dados de observação, relacionar todos os depoimentos ou informações coletadas à posição dos informantes dentro dos grupos bem como ao seu envolvimento nas ações em questão, e se possível relacionar quantitativa e/ou qualitativamente ao comportamento e posição social de outros membros dos mesmos e outros grupos em situações similares.

CRONOGRAMA²

1ª Etapa: 24.07 a 06.08 de 1989 - estadia de 15 dias em Fortaleza

. Consulta, levantamento bibliográfico e documental junto ao Arquivo Público, à Biblio

² O pesquisador finalizará a fase de créditos do mestrado em curso no 1º semestre do corrente, certificando que não manterá nenhuma outra atividade paralela ao desenvolvimento da pesquisa, à qual pretende dedicar-se integralmente a partir de julho.

teca do Centro de Humanidades da UFC, à Equipe de Pastoral Indigenista da Arquidiocese de Fortaleza, ao Instituto Histórico do Ceará, à imprensa local (jornais O Povo, Diário do NE, JD e Tribuna do Ceará) ao Departamento Nacional de Obras Contra a Seca - DNOCS, à Superintendência de Campanhas de Saúde Pública - SUCAM e a Autarquia da Área Metropolitana de Fortaleza - AUMEF.

- Entrevista com membros da Pastoral Indigenista e de entidades de apoio, bem como com parlamentares e jornalistas, além de com o Delegado Regional do MIRAD.

2ª Etapa: 7.08 a 21.10 - estadia de 76 dias em Caucaia

- Consulta e levantamento junto à Prefeitura Municipal e ao Cartório de Caucaia para tentar uma reconstituição da cadeia dominial. Entrevista com parlamentares locais.
- Visita e estadia nas seguintes áreas habitadas pelos Tapeba: Vila Nova, Ponte 1, Ponte 2, Barra Nova, Capoeiras, Cigana, Itambê, Grilo, Açude, Trilho e Lagoa dos Tapeba (ver Anexo 3, p. 56 p/mapa). Observação etnográfica, documentação fotográfica e entrevistas.

O período abrange 3 datas religiosas importantes a nível local e regional, de cujas celebrações os Tapeba participam, se constituindo em valiosas oportunidades de observação: 14/08, Nossa Senhora dos Prazeres de Caucaia; 7 e 8/09, Nossa Senhora da Saúde, no porto do Mucuripe em Fortaleza; 4/10, São Francisco das Chagas de Canindê.

3ª Etapa: 23.10 a 04.11 - estadia de 15 dias em Brasília

- Consulta e reprodução do Processo FUNAI BSB 1986/85 referente à criação da A.I. Tapeba. Ampliação do arquivo documental referente ao caso Tapeba. Consulta aos Boletins Administrativos da FUNAI dos últimos 7 anos.
- Entrevista com os membros do GT de identificação, os técnicos que realizaram o levantamento fundiário e os membros do "grupão".

ORÇAMENTO³

(Em NCz\$, para valores levantados entre 13 e 17 de fevereiro de 1989)

1. MATERIAL DE CONSUMO

- a) Material de papelaria (canetas, lápis, borracha, papel para rascunho, cadernos de campo e fichas) 100,50

³ Dispensa-se a contratação de assistente de pesquisa por não se julgar necessário. A manutenção do pesquisador está assegurada até fevereiro de 1990, por sua bolsa de mestrado do CNPq (ver Anexo 1). Fora isso o pesquisador não disporá de nenhuma ou

b) 30 fitas BASF C-60 (a NCz\$ 3,30 a unidade)	99,00
c) 6 filmes KODAK TRI-X 135 mm 36 exposições (a NCz\$ 6,60 a unidade)	39,60
 2. SERVIÇOS DE TERCEIROS	
a) 1 passagem aérea RIO/FOR/DF/RIO	427,75
b) 15 diárias em Fortaleza (a NCz\$ 35,00 a diária, incluindo hospedagem e alimentação)	525,00
c) 15 diárias em Brasília (a NCz\$ 35,00 a diária, incluindo hospedagem e alimentação)	525,00
d) Xerox	200,00
e) Transporte e locomoção nas capitais	300,00
 3. AUXÍLIO PARA CONFECÇÃO DO RELATÓRIO FINAL	
a) Serviços de datilografia e transcrição de fitas	300,00
b) Revelação, contato e ampliação das fotografias (a NCz\$ 4,10 revelação e contato de 1 filme e NCz\$ 0,76 a ampliação 12x18 de uma foto p/b)	164,15
 VALOR TOTAL DA SOLICITAÇÃO	 2.681,00

tra fonte de assistência financeira, já que sua inserção no P.E.T.I. PPGAS-MN/UFRJ enquanto estagiário do Departamento de Antropologia não implica em qualquer vínculo empregatício ou remuneração por parte do MN e da UFRJ ou de quem quer que seja segundo o art. 29, Cap. I, do Regulamento de Estágio do Museu Nacional.

BIBLIOGRAFIA*

- BARTH, Fredrik. 1969. "Introduction"; "Pathan Identity and its maintenance". In: Barth, F. (ed.). Ethnic Groups and Boundaries. London: Allen & Unwin. pp. 9-38; 117-134.
- _____. 1984 (1982). "Problems in conceptualizing cultural pluralism". In: Maybury Lewis, D. (ed.). The Prospects for Plural Societies. 1982 Proceedings of the American Ethnological Society. Washington: AES. pp. 77-87.
- BRUNER, Edward. 1985. "Ethnography as narrative". In: Turner, V. & Bruner, E. (eds.). The Anthropology of Experience. Urbana: University of Illinois Press. pp.139-155.
- COHEN, Abner. 1969. Custom and Politics in Urban Africa. London: Routledge & Kegan Paul.
- _____. 1974. "Introduction: The lesson of ethnicity". In: Cohen, A. (ed.), Urban Ethnicity. London: Tavistock. pp. IX-XXIV.
- CRESPI, Muel. 1975 (1973). "When Indios Become Cholos: Some Consequences of the Changing Ecuadorian Hacienda". In: Bennett, J.W. (ed.). The New Ethnicity: Perspectives from Ethnology. 1973 Proceedings of the American Ethnological Society. St. Paul: West Publishing Co. pp. 148-166.
- DESPRES, Leo. 1975. "Ethnicity and Resource Competition in Guyanese Society"; "Toward a Theory of Ethnic Phenomena". In: Despres, L. (ed.). Ethnicity and Resource Competition in Plural Societies. Chicago/Paris: The Hague-Mouton. pp.87-117;187-207.
- FOUCAULT, Michel. 1983. "The Subject and Power". In: Rabinow, P. & Dreyfuss, H. Michel Foucault. Beyond Structuralism and Hermeneutics. Chicago: The University of Chicago Press. pp. 208-226.
- GLUCKMAN, Max. 1958. "Analysis of a Social Situation in Modern Zululand". The Rhodes Livingstone Papers, vol. 28, pp. 1-77.
- _____. 1967. "Introduction". In: Epstein, A. (org.). The Craft of Social Anthropology. London: Tavistock. pp. XI-XIX.
- GOLDSTEIN, Melvin C. 1975. "Ethnogenesis and Resource Competition Among Tibetan Refugees in South India". In: "Despres, L. (ed.) op. cit., p. 159-186.
- LIMA, Antonio Carlos de Souza. 1987. A Antropologia dos Relatórios de Identificação de Terras Indígenas da Fundação Nacional do Índio. Contrafação, Reflexo ou Paródia? Trabalho apresentado ao curso Métodos de Análise em Antropologia Social, ministrado pelo Prof. Otávio G. Velho, no PPGAS-MN/UFRJ, no 1º semestre de 1987. Rio de Janeiro: Museu Nacional.
- NADER, Laura. 1972. "Up the Anthropologist — Perspectives Gained from Studying Up". In: Hymes, D. (org.). Reinventing Anthropology. New York,: Pantheon Books. pp.284-311.
- OLIVEIRA Fº, João Pacheco de. 1983. "Terras Indígenas no Brasil: uma tentativa de a bordagem sociológica". Boletim do Museu Nacional, nº 44, outubro, Rio de Janeiro.
- _____. 1987(a). "Terras indígenas: uma avaliação preliminar de seu reconhecimento oficial e de outras destinações sobrepostas". In: CEDI/MUSEU NACIONAL. Terras Indígenas no Brasil. São Paulo: CEDI. pp. 7.32.

* A bibliografia aqui citada refere-se tão somente a textos de interesse teórico, não incluindo-se fontes etnográficas e históricas sobre os grupos étnicos do Ceará e do Nordeste em geral. Levantamento bibliográfico neste sentido encontra-se em curso.

- _____. 1987(b). "Os atalhos da magia. Reflexões sobre o relato dos naturalistas viajantes na etnografia Indígena". A sair no Boletim do Museu Goeldi.
- _____. 1989. O Nosso Governo: Os Ticuna e o Regime Tutelar. São Paulo/Brasília: Marco Zero/Editora da UnB. (Tese de Doutorado apresentada ao PPGAS-MN/UFRJ em 1986).
- OLIVEIRA Fº, João Pacheco de & ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. 1985. Demarcação e reafirmação étnica: uma visão do antropólogo sobre o processo de criação das áreas indígenas. Relatório de pesquisa apresentado a FUNAI. Brasília, março.
- THOMPSON, Paul. 1986. The Voice of the Past: Oral History. Oxford: Oxford University Press.
- VALLE, Carlos Guilherme Octaviano do. 1988. Terra do Aldeamento: A Almofala dos Índios Tremembês — apresentação e testemunhos. Rio de Janeiro: Mimeo.
- VAN VELSEN, J. 1964. The Politics of Kinship. Manchester: Manchester University Press for the Rhodes Livingstone Institute.
- _____. 1967. "The Extended-Case Method and Situational Analysis". In: Epstein, A. (ed.). The Craft of Social Anthropology. London: Tavistock. pp. 129-149.
- VANSINA, Jan. 1973. Oral Tradition. A Study in Historical Methodology. Harmondsworth: Penguin University Books.
- WHITE, Hayden. 1980. "The Value of Narrativity in the Representation of Reality". Critical Inquiry, vol. 7, nº 1, pp. 5-27.